Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

DA OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tatiana Miranda Lima[1]

RESUMO: Este artigo apresenta um relato de experiência sobre o processo de implementação da Comissão de Acolhimento às Vítimas de Racismo e Xenofobia na EMEI Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, unidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, durante o ano de 2026. O objetivo é descrever e analisar o percurso de constituição da comissão, os desafios encontrados na mobilização dos profissionais e as estratégias adotadas para articular o trabalho às ações já desenvolvidas pela unidade. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado no acompanhamento da autora, nos registros institucionais disponíveis e na descrição das atividades realizadas. O processo teve início em março de 2026, sob orientação da Supervisão Escolar, com pesquisa sobre a normativa, diálogo com os servidores e esclarecimentos sobre a finalidade da comissão. Em 10 de abril, sua composição foi consolidada em reunião registrada em ata. Na sequência, ocorreram participações em formações on-line, reuniões mensais conjuntas com a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) e apresentação da comissão às famílias durante o Dia da Família na Escola, em agosto. A experiência revelou questionamentos iniciais sobre a necessidade de uma comissão específica e desconhecimento de sua existência por parte das famílias presentes no encontro. Os acontecimentos permitem refletir sobre formação continuada, articulação institucional e comunicação com a comunidade, sem presumir resultados ainda não avaliados sistematicamente.

Palavras-chave: Educação Infantil; racismo; xenofobia; gestão escolar; formação continuada; relato de experiência.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui uma etapa fundamental para a construção das identidades, o desenvolvimento das relações sociais e a aprendizagem do respeito às diferenças. Nesse contexto, o enfrentamento ao racismo e à xenofobia não pode se restringir a ações pontuais ou a datas comemorativas. Deve integrar o cotidiano das instituições educacionais, as práticas pedagógicas, a formação dos profissionais e os procedimentos de acolhimento diante de situações discriminatórias.

A legislação educacional brasileira reconhece a importância de abordar as relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares (BRASIL, 2003, 2008). Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a Instrução Normativa SME nº 11, de 3 de março de 2026, instituiu o Programa de Promoção da Equidade Étnico-Racial e Enfrentamento ao Racismo e Xenofobia na Rede Municipal de Ensino e estabeleceu a constituição de comissões nas unidades educacionais, incluindo as EMEIs (SÃO PAULO, 2026).

A existência de uma determinação normativa, contudo, não garante por si só a apropriação de suas finalidades pelos profissionais nem a efetiva incorporação do trabalho ao cotidiano escolar. A implementação exige organização, formação, clareza de atribuições e diálogo com a comunidade.

Na EMEI Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o processo teve início em março de 2026, sob orientação da Supervisão Escolar. A pesquisa sobre a normativa foi seguida de conversas com os servidores para apresentar a obrigatoriedade, a finalidade e a importância da comissão. O percurso foi marcado por questionamentos de parte dos profissionais, que apontaram a existência de outras instâncias e consideraram que conflitos relacionados ao racismo e ao preconceito já eram abordados pela Comissão de Mediação de Conflitos (CMC).

1 Licenciada em Letras: Português, Inglês e Literaturas e em Pedagogia. Pós-graduada em Psicopedagogia e Terapia Ocupacional. Assistente de Diretor de Escola na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, SME, PMSP.

Em 10 de abril de 2026, a composição da comissão foi consolidada em reunião registrada em ata. Posteriormente, os integrantes participaram de formações on-line e passaram a realizar reuniões mensais conjuntas com a CMC. Em agosto, durante o Dia da Família na Escola, a comissão foi apresentada às famílias presentes, que relataram desconhecer sua existência.

Diante desse percurso, o artigo descreve e analisa as etapas de implementação, os desafios de mobilização, a articulação entre estruturas institucionais e a divulgação do trabalho à comunidade escolar.

OBJETIVO

O objetivo geral deste artigo é relatar e analisar o processo de implementação da Comissão de Acolhimento às Vítimas de Racismo e Xenofobia na EMEI Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, durante o ano de 2026, considerando sua constituição, os desafios iniciais de mobilização dos profissionais, a articulação com a CMC e a apresentação do trabalho às famílias.

Como objetivos específicos, busca-se: descrever as etapas de organização da comissão; registrar os questionamentos e as dificuldades de adesão identificados; analisar a articulação estabelecida com a CMC; apresentar a experiência de divulgação à comunidade; e refletir sobre a importância da formação continuada e da participação da comunidade escolar no enfrentamento ao racismo e à xenofobia.

PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa, centrado no processo de implementação da comissão na EMEI Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. O recorte temporal principal compreende março a agosto de 2026, período em que ocorreram a pesquisa normativa, a mobilização dos servidores, a constituição da comissão e sua apresentação às famílias. As formações e reuniões conjuntas posteriores são consideradas como continuidade do processo.

A autora atua como Assistente de Diretor de Escola na unidade e acompanhou o processo de pesquisa normativa, diálogo com os servidores, organização da comissão e articulação das atividades com a CMC. O relato toma como referência os acontecimentos acompanhados, os registros em livro de atas e as informações referentes às formações e à apresentação da comissão às famílias.

A análise foi organizada cronologicamente em quatro momentos: pesquisa normativa e mobilização dos servidores; constituição da comissão; articulação com a CMC e participação em formações; e divulgação do trabalho às famílias. Foram considerados os acontecimentos relacionados à compreensão da finalidade da comissão, às manifestações de resistência, à organização do trabalho e ao conhecimento da comunidade escolar sobre essa estrutura.

As interpretações são vinculadas ao contexto observado e aos registros disponíveis. O artigo distingue acontecimentos relatados de inferências analíticas e não pretende generalizar a experiência para outras unidades nem afirmar impactos que não tenham sido avaliados sistematicamente. Para preservar as pessoas envolvidas, não são apresentados nomes de servidores ou relatos individualizados; o foco recai sobre o processo institucional.

PESQUISA NORMATIVA E MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Em março de 2026, sob orientação da Supervisão Escolar, iniciou-se a pesquisa sobre a normativa referente à implementação da comissão nas Escolas Municipais de Educação Infantil. A Instrução Normativa SME nº 11/2026 determina a constituição de comissões nas EMEIs e atribui a elas, em conjunto com a gestão, responsabilidades relacionadas ao acolhimento, aos registros, aos encaminhamentos e às medidas de prevenção de situações de racismo e xenofobia (SÃO PAULO, 2026).

Após a pesquisa inicial, foram realizadas conversas com os servidores para explicar a obrigatoriedade, a finalidade e a importância da comissão. Essa etapa foi marcada por questionamentos e resistência de parte dos profissionais. Entre as dúvidas apresentadas estava a necessidade de uma estrutura específica, uma vez que a unidade já desenvolvia ações de mediação de conflitos relacionados ao racismo e ao preconceito por meio da CMC.

Também se identificou a necessidade de esclarecer as atribuições da comissão e sua relação com as práticas já existentes. Alguns servidores consideraram a participação principalmente como cumprimento de uma exigência burocrática. Ainda assim, diante da obrigatoriedade institucional, houve adesão suficiente para dar continuidade à organização da comissão.

A experiência evidencia que a constituição formal de uma instância não implica, automaticamente, compreensão compartilhada de seus objetivos. O desafio inicial consistiu em atender à determinação normativa e, simultaneamente, construir condições para que os participantes reconhecessem a especificidade e a relevância do trabalho.

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Em 10 de abril de 2026, ocorreu a primeira reunião, registrada em ata, na qual foram consolidados os nomes dos participantes e formalizada a composição da comissão. Esse marco representou a passagem da etapa de mobilização inicial para uma organização institucional documentada.

Após a constituição, os integrantes passaram a participar de formações on-line relacionadas à temática. A formação continuada é relevante para

ampliar conhecimentos sobre relações étnico-raciais, reconhecer manifestações discriminatórias e compreender os procedimentos institucionais de prevenção e acolhimento. A própria normativa municipal prevê o fortalecimento de processos formativos para os profissionais da Rede Municipal de Ensino (SÃO PAULO, 2026).

A unidade também passou a realizar reuniões mensais conjuntas entre a comissão de racismo e xenofobia e a CMC. Essa estratégia decorreu do entendimento de que os trabalhos podem ser articulados, considerando sua relação com a convivência escolar e o enfrentamento de conflitos.

A articulação busca evitar a fragmentação das ações e favorecer o diálogo entre as estruturas existentes. Entretanto, trabalhar conjuntamente não significa tornar equivalentes suas atribuições. A comissão deve preservar a atenção específica às situações de racismo e xenofobia e observar os procedimentos definidos pela normativa e pelo protocolo correspondente.

Assim, a constituição registrada em ata, a participação em formações e a realização de reuniões conjuntas configuram ações concretas do processo de implementação. Esses elementos documentam a organização do trabalho, mas não comprovam, isoladamente, mudanças consolidadas nas práticas pedagógicas ou nas relações institucionais.

APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO ÀS FAMÍLIAS

Em agosto de 2026, durante o Dia da Família na Escola do segundo semestre, a comissão foi apresentada às famílias presentes. A equipe explicou sua existência, finalidade e importância no contexto educacional.

Durante a atividade, perguntou-se às pessoas presentes se conheciam a comissão. As famílias participantes manifestaram desconhecimento sobre sua existência na unidade. Após a apresentação, receberam informações sobre a função da comissão e a relevância de sua atuação.

O episódio evidenciou que a constituição formal e a organização interna não garantem que a comunidade conheça a estrutura e seus objetivos. A apresentação representou, portanto, uma ação de comunicação institucional e uma oportunidade de ampliar a visibilidade do trabalho.

A experiência permite refletir sobre a importância de informar as famílias acerca dos mecanismos de prevenção e acolhimento existentes na escola. Contudo, o desconhecimento manifestado pelos participantes presentes não permite concluir que todas as famílias da unidade desconheciam a comissão. Da mesma forma, a compreensão demonstrada após a explicação não comprova mudanças duradouras de atitudes ou conhecimentos.

Com base no acontecimento relatado, é possível afirmar que a apresentação tornou a comissão conhecida pelas famílias presentes e constituiu uma oportunidade de esclarecimento sobre sua finalidade. A continuidade de estratégias de comunicação poderá ampliar esse conhecimento junto à comunidade escolar.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

O percurso relatado evidencia dimensões normativas, organizacionais e formativas da implementação. A dimensão normativa diz respeito à determinação de constituir a comissão; a organizacional envolve sua composição, o registro das reuniões e a articulação com a CMC; e a formativa está relacionada à construção de conhecimentos para compreender e enfrentar o racismo e a xenofobia.

A resistência inicial de parte dos servidores revela que a obrigatoriedade, embora tenha impulsionado a organização, não assegura automaticamente o envolvimento efetivo dos participantes. Os questionamentos sobre a necessidade de uma comissão específica, diante da existência da CMC, indicaram a importância de esclarecer as atribuições de cada estrutura e de promover diálogo sobre suas possibilidades de articulação.

As reuniões conjuntas constituíram uma estratégia organizacional para aproximar os trabalhos e compartilhar reflexões. Essa integração deve preservar a especificidade do enfrentamento ao racismo e à xenofobia, evitando que tais situações sejam tratadas apenas como conflitos genéricos. A participação em formações on-line, por sua vez, integra o percurso de aprofundamento dos conhecimentos e de reflexão sobre as responsabilidades institucionais.

A apresentação às famílias evidenciou uma necessidade complementar: comunicar à comunidade a existência e a finalidade da comissão. O desconhecimento manifestado pelas pessoas presentes reforçou a importância de não limitar o trabalho à organização interna.

Esses acontecimentos permitem interpretar a implementação como processo progressivo, no qual organização administrativa, formação, articulação institucional e comunicação comunitária cumprem funções complementares. Todavia, não há, neste relato, avaliação sistemática que permita afirmar redução de episódios discriminatórios, mudança generalizada nas atitudes dos profissionais ou transformação consolidada da cultura institucional.

RESULTADOS INICIAIS E PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Entre os resultados descritivos do processo estão a constituição da comissão em 10 de abril de 2026, a participação dos integrantes em formações on-line, a realização de reuniões mensais conjuntas com a CMC e a apresentação da comissão às famílias presentes no Dia da Família na Escola, em agosto.

O processo também permitiu identificar dificuldades iniciais de adesão, dúvidas sobre a necessidade de uma comissão específica e desconhecimento de sua existência por parte das famílias presentes no encontro. Esses elementos registram acontecimentos e desafios observados, mas não devem ser confundidos com evidências de impacto sobre as práticas pedagógicas.

Como perspectivas de continuidade, destacam-se a manutenção das formações, o fortalecimento da articulação com a CMC, a ampliação da comunicação com as famílias e o acompanhamento das ações da comissão. Também será importante manter registros que permitam identificar atividades realizadas, encaminhamentos adotados e dificuldades persistentes.

A avaliação futura poderá ser fortalecida por critérios de acompanhamento definidos previamente e por registros das ações desenvolvidas, em consonância com as orientações institucionais. Esse processo permitirá examinar com maior consistência a contribuição da comissão para a prevenção de discriminações e para o acolhimento no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de implementação da Comissão de Acolhimento às Vítimas de Racismo e Xenofobia na EMEI Aurélio Buarque de Holanda Ferreira evidencia que o cumprimento de uma determinação institucional exige mais do que a formalização de uma estrutura administrativa. O percurso envolveu pesquisa normativa sob orientação da Supervisão Escolar, diálogo com os servidores, enfrentamento de questionamentos iniciais, constituição formal, participação em formações on-line, reuniões conjuntas com a CMC e apresentação do trabalho às famílias.

Os acontecimentos revelaram desafios relacionados à compreensão das atribuições da comissão, à resistência inicial de parte dos profissionais e à necessidade de tornar sua existência conhecida pela comunidade escolar. A articulação com a CMC constituiu uma estratégia para aproximar as ações institucionais, preservando a necessidade de atenção específica ao racismo e à xenofobia. A apresentação às famílias representou uma oportunidade de divulgação e esclarecimento.

O relato permite compreender a implementação como processo que demanda formação continuada, diálogo, organização e acompanhamento. Entretanto, os resultados apresentados dizem respeito às etapas efetivamente relatadas; a avaliação de mudanças nas práticas pedagógicas, nas atitudes dos profissionais e nas relações com a comunidade dependerá da continuidade do trabalho e da produção de evidências.

Registrar a experiência significa documentar avanços organizacionais e dificuldades, reconhecendo que a construção de uma cultura institucional comprometida com a equidade exige ações permanentes e responsabilidade coletiva. Na Educação Infantil, esse compromisso deve se expressar nas relações, nas práticas pedagógicas e nas decisões que constituem a experiência educativa das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa SME nº 11, de 3 de março de 2026**. Institui o Programa de Promoção da Equidade Étnico-Racial e Enfrentamento ao Racismo e Xenofobia na Rede Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 4 mar. 2026, p. 34. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-11-de-3-de-marco-de-2026. Acesso em: 1 nov. 2026.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO